

O BRASIL EM FACE DAS PRINCIPAIS QUESTÕES DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

*Palestra do Ministro da Defesa, Celso Amorim, no
XI Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional*

Resende, 11 de agosto de 2014

É um grande prazer fazer o discurso de abertura da 11ª edição do Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional.

E é também uma grande alegria retornar a essa instituição tão renomada e tão tradicional.

Nesses 11 anos de existência, o Congresso Acadêmico vem contribuindo para a ampliação do debate sobre temas vitais da defesa e da segurança do Brasil.

É perceptível o aumento do interesse por esses assuntos na academia, no Parlamento, na imprensa e na sociedade em geral.

Ao longo dos últimos anos, o Ministério da Defesa tem trabalhado para o fortalecimento da dimensão pública dos assuntos afetos à pasta.

E, naturalmente, essa interação com a academia, com uma verdadeira proliferação positiva de cursos de defesa, é uma dimensão importante desse trabalho.

Com a Lei de Acesso à Informação, marco de cidadania no Brasil, os temas de Defesa ganharam maior visibilidade.

A Lei 12.527 permitiu transparência, disponibilidade, autenticidade e integridade das informações produzidas e transmitidas à sociedade.

A publicação do Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012, foi outra iniciativa que possibilitou ao cidadão conhecer os planos e programas da Defesa, assim como a base conceitual e analítica que os sustenta.

Juntamente com o Livro Branco, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa foram apresentadas ao Congresso Nacional para apreciação e debate.

Com essas medidas, a discussão sobre questões vitais para a nossa soberania foi aberta ao diálogo nacional.

Os temas de defesa são hoje parte inescapável da reflexão de uma sociedade democrática, que toma consciência de sua importância no mundo.

A Política de Defesa é uma obra coletiva. Sem o envolvimento da sociedade, sem a participação do Parlamento e de outras áreas do governo, sem a mobilização dos agentes econômicos e da academia ela não alcançará seus objetivos.

E sem uma defesa sólida, o Brasil não será capaz de garantir os propósitos fundamentais da nossa Constituição: a liberdade, a justiça social e o desenvolvimento econômico.

Não poderemos trazer nossa contribuição para uma ordem internacional que reflita nossos valores e interesses.

Nas últimas décadas, o Brasil realizou avanços extraordinários nas áreas política, econômica e social.

Em 1985, a Democracia foi reestabelecida. Desde então, os princípios e as práticas democráticas vêm sendo reforçados e aprofundados em busca da manutenção de um ambiente de plena liberdade.

Vivemos uma época de recorde de empregos e, apesar da desigualdade ainda estar presente, conseguimos retirar mais de 40 milhões de cidadãos da pobreza e da miséria.

O período de hiperinflação ficou para trás. Mais importante, fomos capazes de pagar a nossa dívida externa.

O Brasil tornou-se credor internacional.

Aprendemos a conjugar desenvolvimento e estabilidade.

Com solidez macroeconômica, somos hoje a 6ª ou a 7ª economia do Mundo, dependendo naturalmente de variações cambiais.

Nossas exportações compreendem alimentos e minerais, e também produtos de alta tecnologia, como aeronaves civis e militares.

Aliás, deve-se destacar que, mesmo na área agroalimentar, foram os avanços tecnológicos possibilitados pela Embrapa que nos tornaram competitivos em escala global.

Entre os nossos feitos, estava o de provar que um produto como soja poderia crescer também numa área tropical.

O acúmulo de significativas reservas externas permitiu ao Brasil passar pela crise financeira internacional de 2008 sem grandes abalos, sobretudo se compararmos com outros países.

Nossa diplomacia ganhou desenvoltura.

Diversificamos parcerias e colaboramos na configuração do Sistema Internacional multipolar.

Os avanços internos e a política externa ativa e altiva alçaram o Brasil a uma nova estatura político-estratégica no mundo.

A inserção internacional do Brasil se pauta pela busca de uma ordem internacional com melhor distribuição de poder entre diferentes países e diferentes regiões.

O fim da Guerra Fria representou o esgotamento da bipolaridade.

O período seguinte ao conflito entre Estados Unidos e União Soviética foi caracterizado pela crença em uma espécie de “unipolaridade benigna”.

Segundo essa visão, a existência de uma única superpotência no Sistema Internacional, governada por princípios democráticos e regida por normas do capitalismo liberal, geraria segurança para todo mundo.

Sob sua inspiração, os países privilegiariam as relações de cooperação e os conflitos entre os Estados tenderiam a diminuir e, quem sabe, em longo prazo, desaparecer.

Durante esse período, os objetivos dos Estados Unidos ou de seus associados eram conduzidos com o apoio legitimador do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Foi a época que prevaleceu o que se convencionou chamar de “multilateralismo afirmativo” (que no fundo era eufemismo para caracterizar a unipolaridade revestida de um manto “multilateral”).

Mas, ao contrário do que alguns defenderam, a primazia hegemônica de um Estado não gerou estabilidade.

É verdade que o temor de uma conflagração que poria em risco a sobrevivência da humanidade arrefeceu. E isso, evidentemente, é um grande ganho.

Em contrapartida, as duas últimas décadas foram marcadas pela crescente propensão a ações militares unilaterais.

Em 1998, os EUA atacaram unilateralmente o Sudão e o Iraque.

Em 1999, a OTAN não esperou o fim das negociações sobre o Kosovo e agiu sem a autorização do Conselho de Segurança da ONU.

A partir do 11 de setembro de 2001, considerações de natureza humanitária ou de ameaça terrorista foram utilizadas como argumentos para justificar ações unilaterais.

Em 2003, com base na doutrina do “*preemptive action*”, ocorreu a intervenção no Iraque, seguida da ocupação, que produziu enorme instabilidade política até hoje não resolvida.

Ao invés de criar segurança, provocou mais insegurança, com o surgimento de movimentos fundamentalistas como o ISIL, na sigla em inglês.

O surgimento desse movimento obrigou, inclusive, os Estados Unidos, que já tinham se retirado, a voltar ao país.

A intervenção no Iraque – sem autorização da ONU, com base em argumentos que se provaram falsos e com trágico balanço humanitário – provocou uma “tomada de consciência” quanto aos riscos das ações unilaterais.

Vários países, inclusive ocidentais, passaram a ver com reservas as liberalidades intervencionistas.

A oposição de França e Alemanha à invasão do Iraque, em 2003, foi um primeiro sinal.

Na ocasião, o Brasil juntou sua voz a desses países para condenar a invasão.

Em 2011, Alemanha, Brasil, China, Índia e Rússia abstiveram-se à Resolução 1973 do Conselho, que autorizava o uso da força contra a Líbia.

É interessante notar que, dentre esses cinco países, pelo menos três, sem fazer juízo de valor sobre os outros, possuem regimes de características indiscutivelmente democráticas.

No caso da Líbia, após a autorização da imposição de uma “zona de exclusão aérea” pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, destinada, em tese, a proteger populações civis, foram empreendidas ações que em muito excederam o mandato legalmente estipulado.

A “mudança de regime” passou a ser o objetivo principal.

A ação militar contra a Líbia, independentemente do julgamento que se possa fazer do regime anterior, desrespeitou de forma sutil – porém grave – os princípios do sistema de segurança coletiva, aumentando as reservas de muitos países quanto a autorização de uso da força.

Em 2012, o atentado ao consulado norte-americano em Bengazi, que levou à morte do Embaixador dos EUA, demonstrou que a ação na Líbia não trouxe nem segurança, nem estabilidade.

Em paralelo, vem-se observando, em virtude de tendências políticas, econômicas e democráticas, o surgimento de novos atores com crescente influência na agenda internacional.

Assiste-se, em certa medida, um processo de difusão e redistribuição mundial de poder.

Não se trata da perda de poder, em termos absolutos, pelas potências tradicionais, como às vezes indicam as teorias declinistas, mas, sobretudo, da ascensão das nações em desenvolvimento.

Há reconhecimento cada vez mais amplo dessa realidade, inclusive nos centros geopolíticos tradicionais.

Fareed Zakaria, famoso analista político norte-americano, qualifica o fenômeno como “*the rise of the rest*”, a ascensão do resto, em que países em desenvolvimento passam a contribuir para as decisões internacionais.

O Brasil tem sido um ator desse movimento, buscando diversificar relações em linha com a universalidade de sua visão de mundo.

E o tem feito, sobretudo, com base no chamado poder brando. Mas todos sabemos que o poder brando tem suas limitações.

Há momentos em que somente o respaldo do chamado poder duro, dado pela existência de Forças Armadas adestradas e equipadas, é que pode ser decisivo, mesmo quando não empregado.

A diversificação de parcerias tem ocorrido nas áreas econômica, comercial e, apesar das resistências, em temas afetos à paz e à segurança.

E eu gostaria de mencionar aqui, por mais que na época tenha sido objeto de algumas críticas, a ação que o Brasil desenvolveu junto com a Turquia em relação ao programa nuclear do Irã.

Seguindo uma sugestão e um pedido de vários países, inclusive dos Estados Unidos, Brasil e Turquia se empenharam em obter do Irã um acordo que iria permitir, quatro anos antes do que está ocorrendo agora, a criação de confiança entre os países integrantes do chamado P-5 + 1 (China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e a Alemanha) e o Irã.

Em outras palavras, como foi dito outro dia pelo Ministro da Defesa da Rússia que visitou o Brasil junto com o Presidente Putin, o que houve foi uma grande perda de tempo.

Evidentemente, o acordo provisório que foi feito pelo P-5 + 1 e o Irã não é idêntico a aquele que foi feito antes com a intermediação de Brasil e Turquia.

Mas, se aquela proposta tivesse sido aceita, ter-se-ia partido agora de uma base muito mais favorável.

Para ser ter uma ideia, a quantidade de urânio levemente enriquecido que os iranianos detinham, na época, era de cerca dois mil e duzentos kg, e agora é de mais de sete mil quilos.

Portanto, o “congelamento”, resultante do acordo provisório, se fez sobre uma base, a rigor, muito menos favorável do que teria sido há quatro anos.

De qualquer maneira, todos os analistas importantes reconheceram o papel do Brasil e da Turquia naquele momento.

Em outras situações de grande tensão, como a do Oriente Médio, que estamos vendo agora, com renovados ataques a Gaza, (hoje com uma nova trégua), mas que geraram grande morticínio de civis e crianças, além de ataques indevidos, nós vimos que, em determinados momentos, alguns dos atores importantes da região, como a própria Autoridade Nacional Palestina, queria uma intensa participação de países como Brasil, África do Sul e Índia.

Portanto, embora esse processo sofra oscilações, o que quero frisar é que o papel do Brasil, assim como desses outros países que mencionei, grandes democracias presentes em diferentes continentes, tenderá a ser cada vez mais intenso.

Estamos trabalhando para que essa multipolaridade que se vai formando possa consolidar-se com o predomínio da cooperação sobre o conflito.

Para isso, estamos empenhados em “multilateralizar a multipolaridade”, isto é, em assegurar o respeito e a vitalidade das normas de conduta multilateralmente acordadas em um sistema onde o poder é crescentemente disperso.

Multipolaridade e multilateralismo não devem ser confundidos: o primeiro se refere a uma situação em que estão presentes vários polos de poder; o segundo diz respeito à forma de colaboração na governança global – com ênfase no direito e nas instituições internacionais.

Se fossemos adotar a visão da filosofia dos direitos, diríamos que uma é do domínio do ser e a outra a do dever ser.

A tese que temos defendido – embora não haja garantia absoluta de que assim seja – é que uma distribuição equitativa de poder encoraja os Estados a trabalharem com base em princípios multilaterais.

Vou me referir a alguns desenvolvimentos recentes que tocam mais de perto o Brasil e muitos deles iniciados por nós.

Em 2003, uma iniciativa que ocorreu no segundo dia do Governo Lula, África do Sul, Brasil e Índia estabeleceram o IBAS: três grandes democracias multiétnicas, multiculturais, cada uma delas em uma região distinta do mundo em desenvolvimento.

São também países determinados a contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional. Inclusive com a reforma, cada vez mais necessária, do Conselho de Segurança da ONU.

O IBAS empenhou-se em uma variedade de iniciativas relativas à cooperação Sul-Sul, buscando beneficiar nações menos favorecidas, como o Burundi, o Haiti, o Laos, a Guiné Bissau e a Palestina.

O projeto do IBAS de desenvolvimento no Haiti mereceu prêmio de organizações internacionais, como o PNUD.

A cooperação entre os países do IBAS se irradiou para a área de defesa, com a realização do importante exercício naval IBSAMAR.

Eu quero cumprimentar a Marinha do Brasil por ter exercido papel importante nesse campo.

Desejamos estender essa experiência às Forças de Terra e do Ar. Os últimos contatos que tivemos com a África do Sul e a Índia indicam que isso é plenamente possível.

O Brasil tomou iniciativas em relação aos países árabes, com a criação da ASPA – o foro que reúne os líderes dos Países Árabes e da América do Sul.

Há nove anos, quando ocorreu a primeira reunião da ASPA, havia impressão de que essa associação era algo idílico, uma iniciativa sem muita capacidade de prosperar.

Desde então, já foram realizadas duas cúpulas, uma no Qatar e outra em Lima.

Essas reuniões têm se realizado com resultados muito interessantes, inclusive com relação ao comércio e também com criação de confiança, que tem facilitado acordos, inclusive na área militar.

Recentemente, na visita do Primeiro Ministro dos Emirados Árabes Unidos ao Brasil, nós pudemos concretizar um acordo de cooperação militar que poderá trazer resultados práticos para a nossa indústria.

Ação semelhante ocorreu com a África: criamos a ASA, foro com países da África e da América do Sul.

É interessante notar o pioneirismo dessa ação quando, agora os Estados Unidos fazem, pela primeira vez, sua reunião de cúpula com os países africanos.

O Brasil notou, com oito ou dez anos de antecedência, a grande importância da África e o grande potencial de cooperação de países africanos, apesar das grandes dificuldades que ainda encontram, como podemos ver com a proliferação do Ebola.

E, na época, poderíamos até ter escolhido fazer, como os EUA fizeram agora, uma cúpula apenas entre o Brasil e a África, mas justamente porque procurávamos contribuir para que a América do Sul tivesse uma identidade, com percepção internacional, preferimos promover um encontro entre a América do Sul e a África.

Em 2002, Jim O'Neill, economista do Goldman Sachs, identificou o BRICs, na época sem a África do Sul, como um grupo de economias emergentes com crescente peso nas áreas econômica e financeira.

Levou tempo, entretanto, para que essa realidade virtual, esse ente de razão, viesse a tomar forma.

Os antecedentes em relação ao BRICs situam-se lá atrás.

Pouco depois da criação do IBAS, em 2003, eu era frequentemente procurado pelos meus colegas russos e chineses, mas sobretudo pelos russos, querendo algum tipo de relação com o IBAS porque eles percebiam o potencial desse novo grupo.

E aí, por volta de 2006, o atual ministro russo, Sergey Lavrov me propôs que iniciássemos uma reunião de BRICs, ainda com a composição que o Jim O'Neill havia identificado, sem a África do Sul.

Tivemos duas reuniões à margem das Assembleias Gerais da ONU.

Em 2008, em grande parte por sugestão do Brasil, tivemos uma primeira reunião fora do âmbito da ONU, em nível ministerial, em Ecatimburgo.

A partir de 2009, começaram a ocorrer as cúpulas anuais dos BRICS, hoje objeto de atenção não apenas do Brasil, mas de todo o mundo.

Durante a VI cúpula, realizada no mês passado em Fortaleza, os BRICS deram importante passo ao assinar acordo para criar um Banco de Desenvolvimento, instituição que irá financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento para eles próprios e outros países emergentes.

O fortalecimento da identidade política da América do Sul, com a criação da Unasul, é também, por sua vez, em certa medida, resultado da multipolarização das relações internacionais e, ao mesmo tempo, incentivo a ela.

A América do Sul não é apenas nossa circunstância, mas nossa escolha decidida e nosso ponto de partida.

Estarmos em paz em nossa região é a pré-condição para atuarmos no mundo.

Desejamos ter com os países sul-americanos uma ampla integração cultural, econômica, logística, comercial e de defesa.

A UNASUL tornou a América do Sul uma realidade política e econômica.

As questões que envolvem os países sul-americanos passaram a ser tratadas com base na identidade democrática e não conflitiva que nos distingue, sem nenhum tipo de ingerência externa.

O Brasil também está associado aos países do Caribe e da América Latina por meio da CELAC, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, cuja origem remonta à reunião de Chefes de Estado em Sauipe, na Bahia, em dezembro de 2008.

Todas essas associações contribuíram para tornar mais real a nova geografia política e econômica mundial.

Desejamos um mundo em que o poder seja mais distribuído, com espaço para negociações e ações que sejam genuinamente coletivas.

Mas a multipolaridade, por si só, não é garantia da estabilidade e da paz mundiais.

Durante Guerra Fria, alianças e conflitos eram mais previsíveis e, em certa medida, mais controlados, dentro da rígida divisão do mundo em dois grandes blocos.

Isso não impediu que conflitos como os da Argélia, do Vietnã e do Afeganistão ocorressem.

Mas, de alguma forma, eles ficavam “contidos”, apesar dos enormes sofrimentos causados às populações envolvidas.

O mundo multipolar atual é mais complexo e incerto.

O lado positivo é que esse “mundo novo” cria mais possibilidades de ação independente e de cooperação entre diferentes blocos e países.

Dentro desse cenário de instabilidade, o Brasil e o seu entorno gozam de relativa estabilidade.

No nosso caso, vivemos há quase 150 anos em paz com todos os nossos vizinhos.

O Barão do Rio Branco, ilustre chanceler da República cujo vulto está representado no salão nobre da biblioteca desta instituição, ao lado de Duque de Caxias, contribuiu para a estabilidade das nossas fronteiras, com sua determinação em resolver, pela negociação, questões que poderiam, no futuro, tornar-se fonte de insegurança para o país.

Mas o Barão do Rio Branco também tinha plena noção que para resolver questões de forma pacífica deveria apoiar-se em Forças Armadas robustas.

Hoje, o Brasil busca dar um passo adicional: consolidar a estabilidade em seu entorno regional por meio da cooperação sul-americana em defesa.

Apenas com a criação de um ambiente de paz e cooperação na América do Sul conseguiremos prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento.

Desejamos construir uma comunidade de paz e segurança em nosso entorno.

Esse conceito, que tenho sempre repetido com uma ligeira adaptação daquele criado por Karl Deutsch (a adição da palavra paz), traduz a ideia de que Estados que compõe um determinado grupo não veem seus vizinhos como inimigos ou adversários.

Isso requer, nas palavras de Deutsch: *“a formação de um grupo que disponha de canal de comunicação, de mecanismo para implementação das normas, e da crescente adesão dos participantes às práticas do grupo”*.

A integração da América do Sul ocorre em diferentes níveis.

O MERCOSUL representa, de certa forma, por ser uma união aduaneira, o estágio mais avançado no campo econômico e comercial.

Inclui a Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e, desde 2012, a Venezuela. Temos a esperança de que Bolívia e Equador sejam incluídos no bloco em futuro próximo.

Chile, Colômbia e Peru, membros da Aliança do Pacífico, são Estados Associados do MERCOSUL, o que demonstra, claramente, a futilidade dessas tentativas de opor a Aliança do Pacífico ao MERCOSUL.

Os ganhos obtidos pela liberalização comercial convivem, no MERCOSUL, com ações orientadas à superação de assimetrias entre seus membros, materializadas, por exemplo, no Fundo de Convergência Estrutural do Bloco, o FOCEM, responsável pela construção de linha de transmissão de alta potência no Paraguai.

Tudo isso se baseia na convicção de que é essencial para a segurança do Brasil e para a sua prosperidade que nossos vizinhos também se desenvolvam.

E era, por exemplo, um absurdo que o Paraguai, que é sócio da 2ª maior hidrelétrica do mundo, sofresse permanente apagões por falta de uma linha de alta tensão.

A UNASUL permitiu aos seus membros, além de ganhos comerciais e econômicos, o incremento da segurança regional.

O Conselho de Defesa Sul-Americano foi a proposta brasileira para promover esse processo político convergente, com institucionalidade e caráter permanente.

Com objetivos como a construção de confiança, a promoção da transparência e o desenvolvimento de uma identidade comum de defesa entre seus membros, o CDS permite trabalhar para o equacionamento das tensões remanescentes.

A cooperação entre os países da América do Sul é a melhor forma de consolidar o ambiente de paz entre nossos países e, ao mesmo tempo, de dissuadir ameaças que venham de fora.

Um passo crucial que estamos dando na direção de uma visão comum de defesa é a criação de uma Escola Sul-Americana de Defesa.

A ESUDE, como já é chamada, será um centro para estudos superiores que funcionará em rede, conjugando iniciativas nacionais dos países membros, aprovadas pelo CDS, como o Curso Avançado de Defesa, oferecido pelo Brasil, e o Curso de Defesa para civis, oferecido pela Argentina, para a formação e capacitação de civis e militares em matéria de defesa e segurança nacional.

Nesse centro, pautado pelo respeito à pluralidade de visões e às idiossincrasias nacionais, será possível desenvolver uma doutrina conjunta para a defesa sul-americana.

Evidentemente esse é um processo de longo prazo, mas que é preciso iniciar.

Igualmente importante é a dimensão da cooperação tecnológica e industrial.

Teria vários aspectos a destacar, vou citar alguns:

A colaboração que temos dado ao projeto do Avião Treinador Básico Sul-Americano, Unasul I.

O desenvolvimento de um Veículo Aéreo Não-Tripulado.

O Sistema Sul-americano de Monitoramento de Áreas Especiais, que combina capacidades nas áreas de meteorologia, preservação ambiental, combate a ilícitos, amparo a reservas indígenas, proteção de minerais estratégicos e a defesa de áreas fronteiriças.

A questão de recursos naturais é outro ponto de confluência. Está em estudo e é objeto de debate a criação de um sistema regional, com manutenção das autonomias nacionais, para a preservação e proteção dos recursos estratégicos da região.

Iniciativas como essas fomentam uma visão comum dos desafios de defesa e segurança sul-americanos e são aportes concretos à formação da “comunidade de paz e segurança”.

Ao invés de subalianças e de cisões no espaço Sul-Americano, que somente beneficiariam a terceiros, o objetivo é conformar a unidade por via da cooperação.

E além dessa cooperação multilateral, temos também a cooperação na América do Sul com cada um dos países.

Estou certo de que em futuro não muito distante, a coesão de nossos países nas diferentes áreas da integração, e particularmente na área de Defesa, será, ela mesma, fator que contribuirá para dissuadir ameaças e agressões.

★★★

Nossa cooperação não está restrita à América do Sul.

Já me referi à CELAC, que nos une aos parceiros de toda América Latina e do Caribe, mas que ainda não desenvolveu instrumentos na área de defesa.

No Atlântico Sul, nos reunimos com os demais países sul-americanos e africanos, banhados pelo oceano, com o objetivo de consolidá-lo como uma área de paz e prosperidade.

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ZOPACAS, foi criada para promover o uso pacífico do oceano e conclama os demais Estados a respeitarem o Atlântico Sul como Zona Livre de Armas Nucleares e de outras armas de destruição em massa.

Os conflitos que caracterizaram outros oceanos e as rivalidades que deram origem a alianças militares no Atlântico Norte são totalmente estranhos às nossas águas e não devem ter lugar no Atlântico Sul.

Um exemplo recente importante dessa cooperação foi a realização do Seminário de Vigilância Marítima das ZOPACAS, que participaram todos os países, com exceção da Guiné Bissau, que está suspensa.

Mas creio que a cooperação também poderá existir na área da Força Aérea e do próprio Exército.

Temos buscado incrementar a nossa cooperação com os países africanos.

Quanto mais cooperarmos, menos espaço deixaremos para a interferência externa.

Digo isso não como hipótese abstrata. Citei o conflito na Líbia, que reverberou no Mali, país próximo a região da Guiné Bissau, que é um país de língua portuguesa e a que nos unimos por vários laços, e é objeto de acompanhamento atento pelo Governo brasileiro.

Costumo lembrar que a distância do Recife ou de Natal até Dacar é menor que a dessas cidades brasileiras a Porto Velho ou Rio Branco. Ou provavelmente de São Gabriel da Cachoeira ao Arroio Chuí.

Ou que nossa Zona Econômica Exclusiva no Atlântico não está a grande distância daquela de Cabo Verde.

Possuímos diversos mecanismos de articulação com a África.

Um dos mais importantes é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – a CPLP –, que conta com um Foro de Ministros da Defesa e também de Chefes de Estados-Maiores, além da cooperação com as Forças individuais já desenvolvidas.

Um exemplo de cooperação bem sucedida é a Operação Felino, um exercício militar que aproxima as Forças Armadas dos Países de Língua Portuguesa.

Também temos buscado oferecer oportunidades de capacitação aos países que partilham conosco o Atlântico Sul.

Temos inclusive a presença de estudantes da África nesta Escola.

Em 2012, o Brasil adquiriu três novos navios-patrolha oceânicos, que, em seu trajeto marítimo rumo ao nosso país, fizeram escalas e exercícios em países africanos.

Tais exercícios devem continuar e abarcar áreas de nosso interesse, como o Golfo da Guiné.

A Marinha brasileira tem tido um papel fundamental na formação da força naval namibiana, e está realizando ação análoga em Cabo Verde.

Na semana passada, recebi o Ministro da Defesa de Angola, com quem temos uma cooperação bastante desenvolvida.

Atualmente, estão em fase de estudos vários projetos envolvendo a cooperação com as três Forças.

Quero destacar a cooperação que temos desenvolvido com a África do Sul, país que faz parte de outros dois fóruns importantes que já citei, o IBAS e os BRICS.

Estamos desenvolvendo, em conjunto, o míssil ar-ar A-Darter. A cooperação na área de mísseis poderá estender-se também a equipamentos de interesse mais direto dos respectivos exércitos e marinhas.

A resposta brasileira ao cenário de Segurança Internacional, crescentemente marcado por incertezas, se baseia na convicção de que é imprudente supor que estamos livres de riscos e ameaças.

Ser pacífico não significa ser indefeso.

O Brasil e a América do Sul são grandes produtores de energia, de proteína animal e vegetal.

Possuímos extensas reservas de água potável em nossos rios e em nossos aquíferos.

Temos enorme biodiversidade e dispomos de vastos recursos minerais.

As descobertas no pré-sal elevam o Brasil a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural.

Vários desses ativos podem tornar-se – se é que já não se tornaram – objeto de competição internacional.

A Estratégia Nacional de Defesa ressalta a capacidade dissuasória do Brasil diante de hipotético adversário ou agressor.

O fato de não termos inimigos hoje não exclui que isso possa acontecer no futuro.

A inexistência dessa capacidade – baseada na crença de que estamos livres dos conflitos – pode, ao invés de ajudar a construir a paz, ser fonte de instabilidade.

Forças Armadas bem equipadas e adestradas protegerão nossos ativos contra eventuais ameaças.

Serão um fator fundamental de dissuasão.

Serão imprescindíveis para prevenir que conflitos entre terceiros países venham a nos afetar diretamente, como ocorreu na 2ª Guerra Mundial.

A capacidade operativa das Forças Armadas deve estar associada à busca de autonomia tecnológica e ao fortalecimento da indústria de defesa nacional, aliadas à boa formação do nosso pessoal.

É esse o princípio que norteia a preparação do Plano de Articulação e de Equipamento da Defesa, o PAED, que espero possa ser apresentado ainda este ano.

Uma indústria nacional de defesa sólida e tecnologicamente autônoma é essencial para adquirirmos uma defesa robusta, complemento indispensável de uma política externa pacífica, porém, atuante.

Cito as palavras da Presidenta Dilma Rousseff: “*Indústria de defesa é indústria do conhecimento, cria e difunde tecnologias por toda a cadeia produtiva*”.

Ao reorganizar a indústria nacional de material e sistemas de defesa, reforçaremos o desenvolvimento tecnológico independente.

Fatos recentes, como a intrusão da NSA em nossas redes de informação política e econômica, tornam ainda mais evidente esse imperativo.

Temos que ser capazes de fechar as nossas “*backdoors*”.

Níveis sempre maiores de capacitação tecnológica, por sua vez, possibilitarão o atendimento crescentemente autônomo das necessidades de equipamentos das nossas Forças Armadas.

O governo brasileiro está comprometido com o fortalecimento da indústria nacional de defesa e tem buscado consolidar a capacidade de investimento estratégico do País.

O principal pilar desse esforço é a Lei 12.598, promulgada em 2012, por meio da qual o Estado brasileiro oferece vantagens especiais às empresas do setor de defesa.

Desde novembro do ano passado, mais de quarenta empresas já foram credenciadas como Empresas Estratégicas de Defesa, podendo receber incentivos fiscais e tributários que as tornará mais competitivas nos mercados interno e internacional.

Temos também desenvolvido política de absorção de conhecimento através do estabelecimento de parcerias, sempre com a priorização da transferência de tecnologia.

Transferência de tecnologia é algo que é fácil de falar, mas difícil de obter.

O Programa Nuclear da Marinha conjuga o desenvolvimento de uma tecnologia autóctone, na parte nuclear, com transferência de tecnologia, na parte de construção de submarinos.

O domínio nacional do ciclo de enriquecimento de urânio, exclusivamente para fins pacíficos, permitirá produzir o combustível para o reator nuclear sem depender de terceiros.

O acordo com a França para construção de submarinos, inclusive de propulsão nuclear, permitirá um salto tecnológico que garantirá ao Brasil a capacidade de projetar e construir seus próprios submarinos no futuro.

O Projeto FX-2, realizado em cooperação com a Suécia – um país que como o nosso não pertence a nenhuma aliança militar – renovará a frota de aeronaves de alto desempenho para a nossa Força Aérea e deverá assegurar a obtenção de tecnologias essenciais ao setor aeronáutico.

Ensejará também a criação e o crescimento de várias empresas genuinamente brasileiras associadas à produção do Gripen NG em nosso país.

O KC-390 é outro projeto relevante. Desenvolvido pela Embraer e contando com a parceria de Argentina, Portugal e República Tcheca, a aeronave irá substituir os Hércules C-130.

Outro projeto importante é da artilharia antiaérea, sistema que pretendemos realizar em parceria com a Rússia, desde que consigamos assegurar a transferência de tecnologia e com a participação de empresas brasileiras.

Este ano, o Exército recebeu as primeiras unidades do novo blindado sobre rodas –Guarani – projeto de patente brasileira, fabricado pela IVECO.

Soube ontem mesmo que vamos receber a 100ª viatura.

Projetos como esses mostram um Brasil empreendedor, capaz de inovar e agregar valor.

Muito temos que fazer, por exemplo, em defesa cibernética.

Como mencionei anteriormente há necessidade de proteger os nossos “backdoors”.

Essa é uma área absolutamente estratégica para o Ministério da Defesa, conforme definido na Estratégia Nacional de Defesa.

Gostaria de fazer uma menção ao setor espacial, que infelizmente ficou um pouco para segundo plano.

O Brasil desenvolveu satélites de uso civil, mas não completou seus projetos do veículo lançador de satélites, um projeto muito importante que ainda não se completou.

★ ★ ★

Temos hoje consciência de que a contrapartida necessária de uma política externa independente é uma política de defesa robusta, em que dissuasão e cooperação se reforçam mutuamente.

Queria fazer uma referência sobre a importância das Operações de Paz de que o Brasil participa.

Operações de Paz que vão do Haiti ao Líbano, da MINUSTAH a UNIFIL, da Força predominantemente terrestre a uma Força marítima.

Quero mencionar também a nossa presença na África.

Temos hoje um General brasileiro no comando da maior Operação de Paz da ONU, a MONUSCO, a Força de Paz no Congo.

Outras oportunidades existem. E acho que é absolutamente fundamental, à medida que se reduz a nossa participação no Haiti – até porque ela não deve se perpetuar – que o Brasil participe de outras operações.

Nós temos dificuldades, em virtude inclusive do processo de aprovação no Congresso, que faz parte da democracia, mas que muitas vezes não se coaduna de maneira fácil com as necessidades emergenciais das Nações Unidas.

É muito importante estarmos capacitados a trabalhar em áreas em que podemos fazer diferença. E acho que isso é verdade tanto em lugares como o Haiti, quanto no Líbano, ou até mesmo no Congo com o nosso General.

Nossa atuação na Força de Paz do Haiti se tornou um modelo, objeto de estudo e de seminários, como um novo tipo de Operação de Paz. E isso nos enche de orgulho.

Mais importante, isso significa que o Brasil não é apenas um país pacífico.

Pode ser também um país provedor de paz.

Muito obrigado.